



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2018

TIPO: MENOR PREÇO

PROCESSO: 0002361-21.2018.4.01.8010

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (EXCETO ITEM 20)

A **JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU-SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ**, por intermédio do Pregoeira Izabel Cristina de Melo Amorim, designada pela Portaria nº 6890872, de 27 de setembro de 2018, torna público, a abertura de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, a ser realizado por meio da tecnologia da informação, pelo sistema de **registro de preços**, obedecidos os preceitos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, [Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006](#), Lei nº 8.078/90 (Lei do Consumidor), do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 7.892, de 23/01/2013, da IN nº 01/2010-MPOG, de 19/01/2010, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subordinando-se às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de **materiais elétricos** para a Seção Judiciária do Pará, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.2. Em atendimento ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, esta licitação é destinada **EXCLUSIVAMENTE** à participação de **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, exceto para o **ITEM 20** do Quadro de Especificação do Objeto (Item 3-Anexo I).

2. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 17/10/2018

Horário: 09h00 (horário de Brasília)

Local: www.comprasnet.gov.br

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão **exclusivamente microempresas e empresas e pequeno porte**, (exceto para o item 20 do Quadro de Especificação do Objeto (Item 3 - Anexo I) que será destinado à ampla concorrência), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3. O credenciamento junto ao comprasnet implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Seção Judiciária do Pará - responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. Não será permitida a participação de empresas:

- a)** suspensas de participar de licitação e impedido de contratar com a Justiça Federal – Seção Judiciária do Pará, durante o prazo da sanção aplicada;
- b)** declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c)** impedidas de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05);
- d)** proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- e)** proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- f)** quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
 - f.1)** Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- g)** sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- h)** cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- i)** que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

- j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- k) consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.
- l) que estejam constituídas sob forma de cooperativas, tendo em vista as disposições contidas no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, devidamente homologado pelo juiz da 20ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, nos autos do processo 01082-2002-020-10-00-0.
- m) que constem do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- n) que constem do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- o) que constem da Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

3.6. A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de Cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos (art. 55, Inc. XIII da Lei n.º 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520/2002).

4 – PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

4.1. O Pregoeiro e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, aos trâmites e procedimentos estabelecidos nas alíneas abaixo:

- a) na data e no horário estabelecidos no item 2 do Edital, o pregoeiro efetuará a abertura das propostas encaminhadas pelo sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.comprasnet.gov.br;
- b) abertas as propostas, o pregoeiro verificará a conformidade de cada item com os requisitos estabelecidos;
- c) caso o pregoeiro entenda que o item não atende aos requisitos estabelecidos no edital, este será desclassificado;
- d) O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.
 - d.1) Não sendo aceito, o pregoeiro, por intermédio do sistema eletrônico, poderá encaminhar contraproposta objetivando a redução do preço ofertado ou proceder à recusa da proposta;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

d.2) O pregoeiro não está obrigado a aceitar qualquer valor inferior ao valor de referência, podendo recusar valor abaixo do valor de referência com o objetivo de obter preço mais vantajoso.

e) havendo recusa de aceitação por parte da primeira colocada, o pregoeiro recusará sua proposta e direcionará a contraproposta à licitante imediatamente classificada no item, e assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável;

f) obtida uma proposta de preços julgada aceitável, o pregoeiro consultará a base de dados do SICAF para verificar se a sua autora preenche os requisitos habilitatórios fixados no Edital, concernentes à regularidade fiscal e à demonstração da boa situação financeira;

g) verificado o desatendimento pela licitante de qualquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante imediatamente classificada no item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital;

h) encerrada a fase de habilitação do certame e, não havendo quem pretenda recorrer, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação em favor da(s) licitante(s) julgada(s) vencedora(s);

i) manifestando qualquer das licitantes a intenção de recorrer, o processo somente será encaminhado para fins de adjudicação e homologação do resultado após o transcurso da fase recursal.

4.2 - A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

4.5 - O pregoeiro e a autoridade superior da Seção Judiciária do Pará poderão **pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo**, isso em qualquer fase da licitação e sempre que julgarem necessário, fixando aos licitantes prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente da proposta.

4.6 - No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos apresentados mediante despacho fundamentado, registrado em ata.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

5 – DA PROPOSTA

5.1 – A empresa interessada em participar do certame deverá encaminhar sua proposta comercial, exclusivamente, por meio eletrônico para o sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” do site www.comprasnet.gov.br, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de proposta.

5.2 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.3 – A licitante deverá, na forma expressa no sistema eletrônico, consignar valores, marca, fabricante, **no que for aplicável**, bem como os valores unitários e o total, e a descrição complementar, sob pena de desclassificação de sua proposta.

5.3.1 – Na Descrição Complementar a licitante deverá informar o modelo, se for o caso, e a especificação do objeto cotado.

5.4 - Os preços ofertados deverão, obrigatoriamente, contemplar todos os impostos, fretes, taxas, substituição de materiais e demais despesas decorrentes do fornecimento do objeto.

5.5 – A licitante deverá fixar os preços em moeda nacional, com apenas duas casas decimais.

5.5.1 – Para efeito de contratação, a licitante melhor classificada que tenha descumprido a exigência constante deste subitem, terá os valores arredondados para duas casas decimais, sendo que o arredondamento será realizado apenas com o desprezo de qualquer valor após a segunda casa decimal.

5.6 - As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública.

5.6.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem que tenha ocorrido a homologação da licitação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

5.7 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes do término da fase de lance, importa a desclassificação da proposta.

5.8 – Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

5.9 – Os produtos cotados terão validade e garantia de no mínimo um ano, contados do recebimento definitivo.

5.10 – A proposta que estiver em desacordo com o solicitado será recusada.

5.11 – Será solicitada amostra dos materiais cotados para cada item, para verificação de que a mesma esteja em conformidade com os requisitos de apresentação, capacidade de execução, resistência, acabamento, medidas corretas, praticidade e validade do material de acordo com o edital e termo de referência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

- 5.11.1** - O custo referente à remessa e retirada da amostra para teste será de inteira responsabilidade da empresa licitante.
- 5.11.2** – Se aprovada, a amostra fará parte do quantitativo a ser fornecido pela licitante vencedora, constando da primeira aquisição da Contratante.
- 5.11.3** – A licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação do pregoeiro, para apresentar amostra no endereço: Justiça Federal no Pará – Seção de Material e Patrimônio, Rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal, Cep.: 66.055-210, subsolo do prédio-sede.
- 5.11.4** – A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome da licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo.
- 5.11.4.1** – O material de origem estrangeira deverá apresentar na embalagem informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto.
- 5.11.5** – O produto apresentado como amostra poderá ser aberto, desmontado, instalado, conectado a equipamentos e submetido aos testes necessários, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrar ao final da avaliação, não cabendo qualquer ressarcimento à licitante.
- 5.11.6** – Após a homologação do certame a licitante tem 30 dias para retirar a amostra no endereço: Justiça Federal no Pará - Seção de Material e Patrimônio, Rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal, Belém/PA, CEP: 66.055-210, subsolo do prédio-sede. Ao término do prazo, não havendo a retirada da amostra, esta será descartada.
- 5.11.7** – Não será aceita a proposta da licitante que tiver rejeitada ou não entregá-la no prazo estabelecido.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

6.1. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

6.1.1. Caso o pregoeiro entenda que o preço pode ser inexequível, concederá prazo para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta, este prazo não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

6.1.2. A comprovação da exequibilidade deverá ser feita através de documentos. Não será aceito declaração da licitante afirmando que o preço é exequível.

6.2. **Será desclassificada a proposta de qualquer licitante que não encaminhar dentro dos prazos estabelecidos no edital os documentos solicitados ou não responder ao questionamento feito pelo pregoeiro no Chat.**

6.3. Será desconsiderada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

6.5. Será desclassificada a proposta que não atenda às exigências do edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, ou descumpram qualquer prazo estabelecido.

6.6. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Seção Judiciária do Pará ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

6.7. Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

6.8. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o Pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

6.9. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

6.9.1 A apresentação de novas propostas nesta fase do certame não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

7 – DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

7.4 - Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá para efeito de classificação aquele que for registrado em primeiro lugar.

7.4.1. Em não havendo lance o desempate será decidido pelo pregoeiro, após a fase de lances, quando serão enviadas mensagens, via *chat*, aos licitantes em igual condição para apresentarem lance único através do sítio *Comprasnet* (campo Anexos da Proposta).

7.5 - Durante o transcurso da sessão pública o pregoeiro enviará mensagens, via chat, aos licitantes, mas estes só poderão se comunicar com o pregoeiro por iniciativa deste, após o encerramento da fase de lances.

7.6 - A etapa de lances será encerrada a qualquer momento, dentro do tempo aleatório, pelo sistema eletrônico. O tempo aleatório poderá chegar, no máximo, a 30 (trinta minutos).

7.7 - A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá, obrigatoriamente, declarar no COMPRASNET esta condição.

7.7.1. O sistema do Comprasnet possui o campo próprio para declaração da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.2 - A declaração será juntada aos autos.

7.8 - O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.9 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.9.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes pelo próprio Comprasnet – Pregão Eletrônico.

7.10 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Constitui condição de habilitação a apresentação dos seguintes documentos:

8.1.1. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;

8.1.2. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99), anexo IV; (todos os licitantes devem apresentar);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

- 8.1.3. Declaração de que a empresa licitante conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação;
- 8.1.4. Declaração de elaboração independente de proposta;
- 8.1.5. Certificado de Regularidade do **FGTS** – CRF (*emitido pela Caixa Econômica Federal*);
- 8.1.6. Certidão Negativa de Débito (CND) ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa - CPD-EN (*emitida pelo **INSS** em conjunto com a Receita Federal do Brasil*);
- 8.1.7. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil (*emitida pela **Receita Federal** do Brasil em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional*);
- 8.1.8. Certidão Negativa de Tributos Estaduais (*expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado*);
- 8.1.9. Relativos à Habilitação Jurídica, conforme o caso, a licitante deverá apresentar (só para as empresas não cadastradas no SICAF ou com cadastramento vencido):
 - 8.1.9.1. registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 8.1.9.2. ato constitutivo, estatuto ou **Contrato Social** em vigor devidamente registrado, em se tratando de **sociedades comerciais** e, no caso de **sociedades por ações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - 8.1.9.3. inscrição do ato constitutivo, no caso de **sociedades civis**, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- 8.1.10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) (*emitida pela Justiça do Trabalho*).
- 8.2. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente Edital.
- 8.3. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.4. Será inabilitada a licitante que deixar de atender qualquer exigência de habilitação.

9. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS

- 9.1. As declarações solicitadas deverão ser enviadas observando-se:

- 9.1.1. Aquelas que fazem parte do Sistema do Comprasnet serão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

solicitadas pelo sistema e deverão ser enviadas no momento do envio da proposta;

- 9.1.2. Aquelas que não constam do sistema do Comprasnet, serão solicitadas pelo pregoeiro e deverão ser feitas no Chat.
- 9.2. Para as licitantes cadastradas no **SICAF** – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, o Pregoeiro verificará, através de consulta *on line* ao sistema SIASG/SICAF, a regularidade da licitante, imprimindo a “Declaração de Situação”, que instruirá o processo.
- 9.3. Após solicitação do Pregoeiro, **a licitante cadastrada no SICAF** ou **não** terá o prazo de 30 (trinta) minutos para anexar ao sistema do Comprasnet, no campo enviar anexo e após o pregoeiro convocar anexo, todos os documentos de habilitação discriminados pelo pregoeiro.
 - 9.3.1. Os documentos deverão ser anexados em arquivo único, podendo o arquivo ser compactado.
 - 9.3.2. Caso o pregoeiro entenda necessário poderá fazer novas convocações para envio de anexo, inclusive com extensão de prazo.
- 9.4. Caso o pregoeiro solicite, via chat, o original ou cópia autenticada de qualquer documentação, esta deverá ser remetida por Sedex, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) após o término da Sessão, para o endereço: Justiça Federal no Pará - Seção de Compras e Licitações, Rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal, Belém/PA, Cep. 66055-210.
 - 9.4.1. A empresa poderá entregar a documentação diretamente ao pregoeiro.
- 9.5. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou por publicação em órgão de Imprensa Oficial.
- 9.6. Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização.
 - 9.6.1. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 9.7. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

- 9.8.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados.
- 9.9.** Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados.
- 9.10.** O descumprimento de qualquer prazo implicará na inabilitação do licitante.

10 – DO JULGAMENTO

10.1 - O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão realizados pelo menor preço por **ITEM e LOTE**, atendendo critérios objetivos.

10.2 - Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas no edital.

10.3 - No julgamento e adjudicação do objeto desta licitação levar-se-á em consideração o valor ofertado pelas empresas licitantes, devendo ser declarada vencedora aquela que, tendo apresentado o menor preço aceito pelo pregoeiro, seja também considerada habilitada.

11 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – A Seção Judiciária do Pará não tem definição imediata de aquisição para as quantidades registradas, considerando que os pedidos ocorrerão mediante demanda da Unidade Requisitante.

11.2 – Homologado o resultado da licitação e disponibilizada a Ata de Registro de preços, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a licitante vencedora, observado o disposto no art. 11 do Decreto 7.892/13, deverá assiná-la eletronicamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do envio da notificação, que será expedida para o e-mail indicado na proposta de preços, nos termos da alínea “b”, subitem 5.2 do Edital, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado.

11.3 - O prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Seção Judiciária do Pará.

11.4 – Desde que atendidos os pressupostos dos artigos 11 e 26 do Decreto nº 7.892/13, serão registrados em ata os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante mais bem classificado; segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

11.5 – A Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

11.6 – A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/13, e na Lei nº 8.666/93.

11.6.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

11.6.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.6.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere cada item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.6.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

11.6.5. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11.7 – Os licitantes deverão manter as mesmas condições de habilitação consignadas no edital, durante toda a vigência da ata.

11.8 – A Administração poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, caso a Contratada apresente alguma irregularidade no SICAF, ou quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, ou em qualquer outra hipótese de cancelamento do registro prevista nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

12 – DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA

12.1 – A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 7.892/13, conforme previsto na Ata de Registro de Preços anexa ao Edital.

12.2 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos eventualmente firmados.

13 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

13.1 – A contratada se compromete a entregar o material no prazo não superior ao estabelecido no Termo de Referência, contados da data de recebimento da nota de empenho da despesa.

13.2 - Caso se veja impossibilitada de cumprir o prazo estipulado para a entrega do objeto, a empresa contratada deverá apresentar à Seção Judiciária do Pará, até a data de vencimento inicialmente fixada, pedido de prorrogação acompanhado de justificativa escrita e devidamente fundamentada.

13.3 - O pedido de prorrogação do prazo de entrega deverá ser endereçado à Seção Judiciária do Pará (Secretaria Administrativa – SECAD) localizada na Rua Domingos Marreiros, 598, Bairro Umarizal, Belém-PA, Cep. 66055-210, ficando a critério da Seção Judiciária do Pará acolher ou não o requerimento da contratada.

13.4 - Vencido o prazo inicialmente fixado ou o de uma eventual prorrogação sem que o objeto tenha sido entregue, a Seção Judiciária do Pará oficiará à contratada acerca do transcurso da data limite, passando o inadimplemento, a partir daí, a ser considerado como recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, sujeitando a empresa às penalidades previstas neste Edital.

14 – DO PAGAMENTO

14.1 – A Seção Judiciária do Pará promoverá o crédito da quantia em conta-corrente por meio de ordem bancária, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento do material.

14.2 – Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será susinado e ficará pendente até que a contratada adote as medidas saneadoras.

14.3 – Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o prazo fixado para que a Seção Judiciária do Pará efetue o pagamento será interrompido, voltando a correr na sua íntegra após a contratada ter solucionado o problema.

14.4- Será considerada, para fins de pagamento, a data do recebimento definitivo do documento de cobrança no setor competente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

14.5- À Seção Judiciária do Pará fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato de aceitação da entrega do produto, este não estiver de acordo com as condições pactuadas, sem constituir-se em mora por essa decisão.

14.6- Poderá a Seção Judiciária do Pará, deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela contratada.

14.7- Ocorrendo atraso nos pagamentos, serão devidos à Contratada juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data de sua efetivação.

14.8- Sob pena de decair do direito, a contratada terá prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que receber o pagamento com atraso, para apresentar a nota fiscal de cobrança referente aos juros de mora, devendo apresentar juntamente com a nota fiscal de cobrança, a memória de cálculo correspondente ao valor cobrado.

14.9 – Sendo a contratada optante pelo SIMPLES, deverá a mesma apresentar declaração (de acordo com a Instrução Normativa nº 1.244 da Receita Federal, de 30 de janeiro de 2012), juntamente com a nota fiscal de fornecimento dos produtos, de modo a que os tributos incidentes sobre a operação de venda dos mesmos sejam recolhidos naquela modalidade.

14.10 – A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) entrar em contato com a Seção de Execução Financeira e Orçamentária – SEOFI, pelo telefone (0xx91) 3299-6166 até o mês de fevereiro do exercício seguinte ao da licitação, com vistas ao recebimento da declaração de imposto retido na fonte - DIRF.

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Seção Judiciária do Pará ou a ele provisionados, os quais serão discriminados na respectiva Nota de Empenho.

16 - DAS PENALIDADES

16.1 – Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até cinco anos, conforme o art. 7º da Lei n. 10.520/2002, regulamentada pelo art. 28 do Decreto n. 5.450/2005.

16.1.1 – As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem 16.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo item.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

16.2 – A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da realização do certame ou da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento convocatório e no contrato dele decorrente e das demais cominações legais. Será, também, descredenciada no SICAF durante o período da sanção aplicada.

16.3 – Caso a empresa vencedora se recuse a receber a nota de empenho no prazo indicado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação. Em consequência, ser-lhe-á aplicada a sanção prevista no subitem 16.4, podendo ser cumulada com a da alínea “c” do item 16.1.

16.4 – A inexecução total ou parcial da obrigação poderá ensejar a aplicação da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, da contratação ou sobre a parte não cumprida, conforme o caso, e, ainda, de acordo com a gravidade da falta, a aplicação da pena prevista na alínea “c” do subitem 16.1.

16.5 – A contratada que não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega, total ou parcial, dos produtos deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, diante de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato; ou, ainda, em decorrência de fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência, que impeça a execução do contrato.

16.6 – Fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) de multa, por dia de atraso no cumprimento das obrigações ajustadas, que incidirá sobre o valor empenhado ou sobre a quantia correspondente à parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias. Após, poderá ser considerada inexecução parcial ou total da obrigação.

16.7 – A Contratada inadimplente que não tiver valores a receber do Contratante terá o prazo de cinco dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa, na forma estabelecida no subitem 16.6.

16.8 – As multas devidas, bem como os prejuízos causados ao Contratante pela Contratada, serão deduzidas de pleno direito dos valores que lhe forem devidos, ou recolhidas por meio de GRU, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, ou cobrados judicialmente.

16.9 – As penalidades previstas neste edital, precedidas de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão registradas no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

SICAF.

17 – DOS RECURSOS, DA REPRESENTAÇÃO E DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO.

17.1 - Dos atos do pregoeiro ou da autoridade competente da Seção Judiciária do Pará caberá recurso, nos termos da Lei nº 10.520/02.

17.2 - Na hipótese do item anterior, será concedido o prazo máximo de 03 (três) dias para a apresentação de memoriais do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr após o término do prazo da recorrente.

17.3 - Os recursos contra anulação ou revogação da licitação, bem como contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em se verificar a intimação dos interessados.

17.4 - A licitante poderá representar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, nos casos em que não caiba recurso hierárquico.

17.5 - A licitante poderá pedir reconsideração, de decisão de autoridade superior, na hipótese de ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl.pa@trf1.jus.br.

18.2 - O Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

18.3 - Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.4 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico cpl.pa@trf1.jus.br.

18.5 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br para conhecimento da sociedade em geral e dos licitantes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

18.6 - Qualquer documento enviado via e-mail deverá, obrigatoriamente, ser confirmado seu recebimento através dos telefones (91) 3299-6156 e Fone/Fax:3299-6168

19 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 – Serão desclassificadas ou inabilitadas as licitantes que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

19.2 – A Seção Judiciária do Pará poderá adiar ou revogar a presente licitação, por interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente a justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ficando, nesse último caso, desobrigada de indenizar, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 29 do Decreto nº 5450/2005.

19.3 – Aos interessados nos atos decorrentes desta licitação e posterior contratação de seu objeto, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.4 – As decisões do pregoeiro serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela autoridade competente da Seção Judiciária do Pará.

19.5 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 - O Edital também se encontra disponível na Seção de Compras e Licitações no edifício sede, 2º andar, Rua Domingos Marreiros, 598, Bairro Umarizal, Belém-PA, ou ainda na “HOMEPAGE” da Seção Judiciária do Pará na Internet (www.jfpa.jus.br).

19.7 – Esclarecimentos poderão ser obtidos através dos telefones (91) 3299-6156 ou 3299-6168.

19.8 – Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MINUTA ATA REGISTRO DE PREÇOS

Belém-PA, 03/10/2018.

Heron Cardias e Silva
Seção de Compras e Licitações



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

ANEXO I
PROCESSO: 0002361-21.2018.4.01.8010

TERMO DE REFERÊNCIA 03/2018

1. OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a aquisição, **através do registro de preços**, de materiais elétricos para o reabastecimento do saldo de almoxarifado da Seção Judiciária do Pará, conforme discriminado no item 3 deste termo de referência.

1.2. Este Termo foi elaborado pela Seção de Serviços Gerais - **SESEG**. Informações e dúvidas poderão ser sanadas pelos telefones (91) 3299-6116 ou 3299-6266.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição é necessária para o reabastecimento do saldo de almoxarifado, o que corrobora com a realização das manutenções preventiva e corretiva em tempo hábil e com o pronto atendimento das demandas dos usuários.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS, QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO:

3.1. A Contratada será responsável pelo fornecimento e instalação dos materiais relacionados no quadro abaixo:

Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Bóia de nível superior/inferior de 14 a 16A, bivolt, para reservatórios de água.	Un.	5	40,00	200,00
2	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm ² , anti-chama, na cor preta , com isolamento de 750v, fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 4 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento á base de composto de PVC, sem chumbo, antichama.	metro	500	1,60	800,00
3	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm ² , anti-chama, na cor verde , com isolamento de 750v, fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 4 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento á base de composto de PVC, sem chumbo, antichama.542	metro	500	1,10	550,00
4	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm ² , anti-chama, na cor vermelha , com isolamento de 750v, fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 4 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento á base de composto de PVC, sem chumbo, antichama.	metro	500	1,10	550,00
5	Cabo de cobre flexível de 4 mm ² , anti-chama, na cor preta , com isolamento de 750v, fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 4 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento á base de composto de PVC, sem chumbo, antichama.	metro	500	4,00	2.000,00
6	Cabo de cobre flexível de 4 mm ² , anti-chama, na cor verde , com isolamento de 750v, fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 4 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento á base de composto de PVC, sem chumbo, antichama.	metro	500	1,50	750,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

7	Cabo de cobre flexível de 4 mm ² , anti-chama, na cor vermelho , com isolamento de 750v, fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 4 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento á base de composto de PVC, sem chumbo, antichama.	metro	500	1,50	750,00
8	Cabo de cobre flexível de 16 mm ² , anti-chama, na cor vermelho , com isolamento de 750v, fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 4 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento á base de composto de PVC, sem chumbo, antichama.	metro	100	7,40	740,00
9	Cabo PP 500V 3 x 1,5 mm ² , 3 (três) condutores: preto, azul e branco e vermelho. Fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento das veias à base de PVC preto, sem chumbo anti-chama, classe térmica 70oC e para cobertura externa PVC classe térmica 60oC (NBR 13249).	metro	500	3,00	1.500,00
10	Cabo PP 500V 3 x 2,5 mm ² , 3 (três) condutores: preto, azul e branco e vermelho. Fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento das veias à base de PVC preto, sem chumbo anti-chama, classe térmica 70°C e para cobertura externa PVC classe térmica 60°C (NBR 13249).	metro	500	6,40	3.200,00
11	Cabo PP 500V 4 x 4 mm ² ,4 (três) condutores: preto, azul e branco. Fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento das veias à base de PVC preto, sem chumbo anti-chama, classe térmica 70°C e para cobertura externa PVC classe térmica 60°C (NBR 13249).	metro	400	8,00	3.200,00
12	Fechadura Elétrica, em metal, na cor preta ou cinza, de sobrepôr, com bobina de acionamento de 12 V, para portas com abertura para dentro e ajuste para portas leves e pesadas, com destravamento no primeiro impulso. Marca de referência: AGL. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un	10	300,00	3.000,00
13	Fechadura Elétrica, em metal, na cor preta, de sobrepôr, com bobina de acionamento de 110 V, para portas com abertura para dentro e ajuste para portas leves e pesadas, com destravamento no primeiro impulso. Marca de referência: AGL. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un	10	85,00	850,00
14	Bobina de 110 V para fechadura elétrica. Marca de referência: AGL. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	10	15,00	150,00
15	Bobina de 12 V para fechadura elétrica. Marca de referência: AGL. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	10	14,00	140,00
16	Fonte de alimentação chaveada 12 VDC 2A, com plug P4, comprimento do cabo de, no mínimo, 1 metro, tensão de entrada de 100-240V (AC) 50/60Hz (Bivolt); tensão de saída: 12V (DC) 2A (2000mA). Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un	10	140,00	1.400,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

17	Filtro de linha com 5 tomadas de saída, 2P + T, de acordo com a norma nbr 14.136, corrente máxima de 10 A, corpo em plástico injetado (ABS) na cor preta, com chave de liga/desliga, porta fusível com unidade reserva, led indicativo de ligado/desligado, caso de alimentação 3 x 0,75 mm ² , 1,30 metros de comprimento com plugue injetado NBR 14136, garantia de 1 ano. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un	30	25,00	750,00
18	Lâmpada fluorescente tubular, potência de 14W, com bulbo T5, luz branca neutra, temperatura de cor de 4.000K. Marca de referência: Avant. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	50	9,00	450,00
19	Lâmpada fluorescente tubular, potência de 28W, com bulbo T5, luz branca neutra, temperatura de cor de 4.000K. Marca de referência: Avant. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	100	11,50	1.150,00
20	Lâmpada LED tubular, bulbo T5, base (soquete) tipo G5; tensão de entrada: 100 – 240V; frequência de linha: 50/60 hz; fator de potência: igual ou acima de 0,92; potência nominal: 9 W A 12W; IRC: igual ou superior a 80; temperatura de cor de: no mínimo de 6000 K (branco neutro); fluxo luminoso: mínimo de 2100 LM; comprimento: 550 mm (0,55 m); vida útil: no mínimo 30.000 h (até 70% da iluminância). Garantia: no mínimo, 1 ano. Marcas de referência: Philips, FLC ou similar. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	5000	49,00	245.000,00
21	LâmpadaLED tubular, bulbo T5, base (soquete) tipo G5; tensão de entrada: 100 – 240V; frequência de linha: 50/60 hz; fator de potência: igual ou acima de 0,92; potência nominal: 18W A 20W; IRC: igual ou superior a 80; temperatura de cor de: no mínimo de 6000 K (branco neutro); fluxo luminoso : mínimo de 2100 LM; comprimento: 1150 mm (1,15 m); vida útil: no mínimo 30.000 h (até 70% da iluminância). Garantia: no mínimo, 1 ano. Marcas de referência: Philips, FLC ou similar. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	1000	60,00	60.000,00
22	Lâmpada LED, potência de 9 a 12W, tipo luz branca fria, 6.500K, tensão de 127V, base E27 para soquete comum, ângulo de abertura de 180°, vida útil de 30.000h. Dimensões: comprimento linear máximo 110 mm ² , diâmetro máximo do bulbo 65 mm ² . Garantia de, no mínimo, 1 ano. Marcas de referência: Philips, FLC ou similar. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	200	23,00	4.600,00
23	Lâmpada vapor de mercúrio, potência de 400W, para soquete E40, de bocal. Marca de referência: Empalux e Avant. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	5	39,50	197,50
24	Lâmpada vapor de mercúrio, potência de 160W, para soquete E27, de bocal. Marca de referência: Empalux e Avant. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	7	23,00	161,00



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

25	Luminária de sobrepor na cor branca, para duas lâmpadas de 32W ou duas lâmpadas de 40W. Corpo fabricado em chapa de aço tratada e pintura eletrostática a pó na cor branca, refletor e aletas parabólicas em alumínio anodizado brilhante de alta pureza, com soquetes em policarbonato anti-vibratório de engate rápido.	Un.	3	135,00	405,00
26	Plug macho, cor preta, 10A, 2P+T, 250V, conforme NBR 14136. Marca de referência: tramontina. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	100	3,50	350,00
27	Plug macho, cor preta, 20A, 2P+T, 250V, conforme NBR 14136. Marca de referência: tramontina. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	50	5,00	250,00
28	Reator eletrônico de 2 x28 W, bivolt, partida rápida, ligação com borne ou conectores, sistema de proteção em caso de defeito ou fim de vida útil da lâmpada, proteção contra choques elétricos. Marca de referência: trancil. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	50	53,00	2.650,00
29	Reator para lâmpada de vapor de mercúrio, uso interno, 400W, 220V, frequência nominal de 60 Hz, garantia de, no mínimo, 1 (um) ano. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	10	95,00	950,00
30	Terminal elétrico, tipo forquilha, com isolamento, para cabo de 6mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência a corrosão.	Un.	300	0,60	180,00
31	Terminal elétrico, tipo forquilha, com isolamento, para cabo de 25mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência a corrosão.	Un.	300	2,20	660,00
32	Terminal elétrico, tipo pino, com isolamento, para cabo de 2,5mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência a corrosão.	Un.	500	0,23	115,00
33	Terminal elétrico, tipo pino, com isolamento, para cabo de 6mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência a corrosão.	Un.	500	0,28	140,00
34	Terminal elétrico, tipo pino, com isolamento, para cabo de 10mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência a corrosão.	Un.	300	1,90	570,00
35	Terminal elétrico, tipo pino, com isolamento, para cabo de 16mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência a corrosão.	Un.	50	1,10	55,00
36	Terminal elétrico, tipo pino, sem isolamento, para cabo de 25mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	300	1,25	375,00
37	Terminal elétrico, tipo pino, sem isolamento, para cabo de 35 mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	300	1,60	480,00
38	Terminal elétrico, tipo pino, sem isolamento, para cabo de 50 mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	300	7,00	2.100,00
39	Terminal elétrico, tipo pino, sem isolamento, para cabo de 70 mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	300	9,00	2.700,00
40	Terminal elétrico, tipo compressão, com isolamento, para cabo de 2,5mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	200	0,25	50,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

41	Terminal elétrico, tipo compressão, com isolamento, para cabo de 6 mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	200	0,25	50,00
42	Terminal elétrico, tipo compressão, com isolamento, para cabo de 10 mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	200	1,34	268,00
43	Terminal elétrico, tipo compressão, com isolamento, para cabo de 16mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	50	1,54	77,00
44	Terminal elétrico, tipo compressão, sem isolamento, para cabo de 25mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	200	1,30	260,00
45	Terminal elétrico, tipo compressão, sem isolamento, para cabo de 35mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	200	2,25	450,00
46	Terminal elétrico, tipo compressão, sem isolamento, para cabo de 50mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	200	2,00	400,00
47	Terminal elétrico, tipo compressão, sem isolamento, para cabo de 70mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	200	3,40	680,00
48	Terminal elétrico, tipo tubular ilhos, pré-isolado, para cabo de 2,5 mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	300	0,10	30,00
49	Terminal elétrico, tipo tubular ilhos, pré-isolado, para cabo de 16 mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	300	0,35	105,00
50	Terminal luva de emenda à compressão, sem isolamento, para cabos de 25mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	100	2,00	200,00
51	Terminal luva de emenda à compressão, sem isolamento, para cabos de 35mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	100	3,00	300,00
52	Terminal luva de emenda à compressão, sem isolamento, para cabos de 150mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	10	11,00	110,00
53	Tomada sistema X, 2p + t, de sobrepor, corrente nominal de 10A, na cor branca, tensão nominal de 250V, NBR 14136, com pinos cilíndricos Ø 4 mm ² . certificada conforme ABNT NBR NM 60884-1 e ABNT NBR 14136. Obs: A licitante deverá apresentar amostra se solicitado.	Un.	50	10,00	500,00
54	Tomada sistema X, de sobrepor, 2p + t, corrente nominal de 20A, na cor branca, tensão nominal de 250V, NBR 14136, com pinos cilíndricos Ø 4,8 mm ² . certificada conforme ABNT NBR NM 60884-1 e ABNT NBR 14136. Obs: A licitante deverá apresentar amostra se solicitado.	Un.	50	10,00	500,00
55	Barra de suporte com terminais, seção do cabo: 2(17 x 16 mm ²), marca General Eletric (GE), número de referência: 610532, para quadros GE Fix-o-Rail 150. Obs: A licitante deverá oferecer o material da marca solicitada e/ou amostra de material similar para análise conforme item 4 deste termo de referência.	Un.	30	52,00	1.560,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

56	Barramento isolado, tipo pino, com indicador de circuito, alimentação: 3P, distribuição: mini-disjuntores 1P ou 2P ou 3P, para cabos de 16 mm ² (57 x 1P ou 28 x 2P ou 19 x 3P), marca General eletrics (GE), número de referência 546143, para quadros GE Fix-o-Rail 150. Obs: A licitante deverá oferecer o material da marca solicitada e/ou amostra de material similar para análise conforme item 4 deste termo de referência.	Un.	20	188,00	3.760,00
----	---	-----	----	--------	----------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

57	Terminal de conexão de barras, axial, 25 mm ² , tipo Pino, isolado, marca General Eletric (GE), referência 546288, para quadros GE Fix-o-Rail 150. Obs: A licitante deverá oferecer o material da marca solicitada e/ou amostra de material similar para análise conforme item 4 deste termo de referência.	Un.	300	18,75	5.625,00
----	--	-----	-----	-------	----------

3.2. Os itens 55, 56 e 57 descritos na planilha de especificações, considerando a necessidade de padronização, devem ser fornecidos necessariamente da marca e modelo de referência solicitados, dado que serão usado em quadro elétricos da marca General Eletrics, referência GE Fix-o-Rail 150. Caso a licitante ofereça material diferente da marca discriminada, deverá obrigatoriamente encaminhar amostra do material para ser analisado pela equipe técnica da Seção Judiciária do Pará (SJ/PA), que procederá de acordo com o discriminado na clausula 4 deste termo de referência.

3.3. Composição dos Grupos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

LOTE 1					
Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
2	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm ² , anti-chama, na cor preta , com isolamento de 750v, fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 4 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento á base de composto de PVC, sem chumbo, antichama.	metro	500	1,60	800,00
3	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm ² , anti-chama, na cor verde , com isolamento de 750v, fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 4 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento á base de composto de PVC, sem chumbo, antichama.542	metro	500	1,10	550,00
4	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm ² , anti-chama, na cor vermelha , com isolamento de 750v, fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 4 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento á base de composto de PVC, sem chumbo, antichama.	metro	500	1,10	550,00
5	Cabo de cobre flexível de 4 mm ² , anti-chama, na cor preta , com isolamento de 750v, fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 4 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento á base de composto de PVC, sem chumbo, antichama.	metro	500	4,00	2.000,00
6	Cabo de cobre flexível de 4 mm ² , anti-chama, na cor verde , com isolamento de 750v, fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 4 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento á base de composto de PVC, sem chumbo, antichama.	metro	500	1,50	750,00
7	Cabo de cobre flexível de 4 mm ² , anti-chama, na cor vermelho , com isolamento de 750v, fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 4 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento á base de composto de PVC, sem chumbo, antichama.	metro	500	1,50	750,00
8	Cabo de cobre flexível de 16 mm ² , anti-chama, na cor vermelho , com isolamento de 750v, fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 4 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento á base de composto de PVC, sem chumbo, antichama.	metro	100	7,40	740,00
9	Cabo PP 500V 3 x 1,5 mm ² , 3 (três) condutores: preto, azul e branco e vermelho. Fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento das veias á base de PVC preto, sem chumbo anti-chama, classe térmica 70oC e para cobertura externa PVC classe térmica 60oC (NBR 13249).	metro	500	3,00	1.500,00
10	Cabo PP 500V 3 x 2,5 mm ² , 3 (três) condutores: preto, azul e branco e vermelho. Fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento das veias á base de PVC preto, sem chumbo anti-chama, classe térmica 70°C e para cobertura externa PVC classe térmica 60°C (NBR 13249).	metro	500	6,40	3.200,00
11	Cabo PP 500V 4 x 4 mm ² ,4 (três) condutores: preto, azul e branco. Fios de cobre eletrolítico, seção circular, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (NBR NM 280), isolamento das veias á base de PVC preto, sem chumbo anti-chama, classe térmica 70°C e para cobertura externa PVC classe térmica 60°C (NBR 13249).	metro	400	8,00	3.200,00
					14.040,00



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

LOTE 2					
Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Bóia de nível superior/inferior de 14 a 16A, bivolt, para reservatórios de água.	Un.	5	40,00	200,00
12	Fechadura Elétrica, em metal, na cor preta ou cinza, de sobrepor, com bobina de acionamento de 12 V, para portas com abertura para dentro e ajuste para portas leves e pesadas, com destravamento no primeiro impulso. Marca de referência: AGL. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un	10	300,00	3.000,00
13	Fechadura Elétrica, em metal, na cor preta, de sobrepor, com bobina de acionamento de 110 V, para portas com abertura para dentro e ajuste para portas leves e pesadas, com destravamento no primeiro impulso. Marca de referência: AGL. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un	10	85,00	850,00
14	Bobina de 110 V para fechadura elétrica. Marca de referência: AGL. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	10	15,00	150,00
15	Bobina de 12 V para fechadura elétrica. Marca de referência: AGL. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	10	14,00	140,00
16	Fonte de alimentação chaveada 12 VDC 2A, com plug P4, comprimento do cabo de, no mínimo, 1 metro, tensão de entrada de 100-240V (AC) 50/60Hz (Bivolt); tensão de saída: 12V (DC) 2A (2000mA). Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un	10	140,00	1.400,00
17	Filtro de linha com 5 tomadas de saída, 2P + T, de acordo com a norma nbr 14.136, corrente máxima de 10 A, corpo em plástico injetado (ABS) na cor preta, com chave de liga/desliga, porta fusível com unidade reserva, led indicativo de ligado/desligado, caso de alimentação 3 x 0,75 mm ² , 1,30 metros de comprimento com plugue injetado NBR 14136, garantia de 1 ano.	Un	30	25,00	750,00
					6.490,00

Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
20	Lâmpada LED tubular, bulbo T5, base (soquete) tipo G5; tensão de entrada: 100 – 240V; frequência de linha: 50/60 hz; fator de potência: igual ou acima de 0,92; potência nominal: 9 W A 12 W ; IRC: igual ou superior a 80; temperatura de cor de: no mínimo de 6000 K (branco neutro); fluxo luminoso: mínimo de 2100 LM; comprimento: 550 mm (0,55 m) ; vida útil: no mínimo 30.000 h (até 70% da iluminação). Garantia: no mínimo, 1 ano. Marcas de referência: Philips, FLC ou similar. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	5000	49,00	245.000,00



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
21	Lâmpada LED tubular, bulbo T5, base (soquete) tipo G5; tensão de entrada: 100 – 240V; frequência de linha: 50/60 hz; fator de potência: igual ou acima de 0,92; potência nominal: 18W A 20 W; IRC: igual ou superior a 80; temperatura de cor de: no mínimo de 6000 K (branco neutro); fluxo luminoso : mínimo de 2100 LM; comprimento: 1150 mm ² (1,15 m); vida útil: no mínimo 30.000 h (até 70% da iluminância). Garantia: no mínimo, 1 ano. Marcas de referência: Philips, FLC ou similar. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	1000	60,00	60.000,00

LOTE 3

Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
18	Lâmpada fluorescente tubular, potência de 14W, com bulbo T5, luz branca neutra, temperatura de cor de 4.000K. Marca de referência: Avant. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	50	9,00	450,00
19	Lâmpada fluorescente tubular, potência de 28W, com bulbo T5, luz branca neutra, temperatura de cor de 4.000K. Marca de referência: Avant. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	100	11,50	1.150,00
22	Lâmpada LED, potência de 9 a 12W, tipo luz branca fria, 6.500K, tensão de 127V, base E27 para soquete comum, ângulo de abertura de 180°, vida útil de 30.000h. Dimensões: comprimento linear máximo 110 mm ² , diâmetro máximo do bulbo 65 mm ² . Garantia de, no mínimo, 1 ano. Marcas de referência: Philips, FLC ou similar. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	200	23,00	4.600,00
23	Lâmpada vapor de mercúrio, potência de 400W, para soquete E40, de bocal. Marca de referência: Empalux e Avant. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	5	39,50	197,50
24	Lâmpada vapor de mercúrio, potência de 160W, para soquete E27, de bocal. Marca de referência: Empalux e Avant.	Un.	7	23,00	161,00
25	Luminária de sobrepor na cor branca, para duas lâmpadas de 32W ou duas lâmpadas de 40W. Corpo fabricado em chapa de aço tratada e pintura eletrostática a pó na cor branca, refletor e aletas parabólicas em alumínio anodizado brilhante de alta pureza, com soquetes em policarbonato anti-vibratório de engate rápido.	Un.	3	135,00	405,00
26	Plug macho, cor preta, 10A, 2P+T, 250V, conforme NBR 14136. Marca de referência: tramontina. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	100	3,50	350,00
27	Plug macho, cor preta, 20A, 2P+T, 250V, conforme NBR 14136. Marca de referência: tramontina. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	50	5,00	250,00
28	Reator eletrônico de 2 x28 W, bivolt, partida rápida, ligação com borne ou conectores, sistema de proteção em caso de defeito ou fim de vida útil da lâmpada, proteção contra choques elétricos. Marca de referência: trancil. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	50	53,00	2.650,00
29	Reator para lâmpada de vapor de mercúrio, uso interno, 400W, 220V, frequência nominal de 60 Hz, garantia de, no mínimo, 1 (um) ano. Obs: A licitante deverá apresentar amostra caso solicitada.	Un.	10	95,00	950,00
					11.163,50



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

LOTE 4					
Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
30	Terminal elétrico, tipo forquilha, com isolamento, para cabo de 6mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência a corrosão.	Un.	300	0,60	180,00
31	Terminal elétrico, tipo forquilha, com isolamento, para cabo de 25mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência a corrosão.	Un.	300	2,20	660,00
32	Terminal elétrico, tipo pino, com isolamento, para cabo de 2,5mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência a corrosão.	Un.	500	0,23	115,00
33	Terminal elétrico, tipo pino, com isolamento, para cabo de 6mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência a corrosão.	Un.	500	0,28	140,00
34	Terminal elétrico, tipo pino, com isolamento, para cabo de 10mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência a corrosão.	Un.	300	1,90	570,00
35	Terminal elétrico, tipo pino, com isolamento, para cabo de 16mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência a corrosão.	Un.	50	1,10	55,00
36	Terminal elétrico, tipo pino, sem isolamento, para cabo de 25mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	300	1,25	375,00
37	Terminal elétrico, tipo pino, sem isolamento, para cabo de 35 mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	300	1,60	480,00
38	Terminal elétrico, tipo pino, sem isolamento, para cabo de 50 mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	300	7,00	2.100,00
39	Terminal elétrico, tipo pino, sem isolamento, para cabo de 70 mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	300	9,00	2.700,00
40	Terminal elétrico, tipo compressão, com isolamento, para cabo de 2,5mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	200	0,25	50,00
41	Terminal elétrico, tipo compressão, com isolamento, para cabo de 6 mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	200	0,25	50,00
42	Terminal elétrico, tipo compressão, com isolamento, para cabo de 10 mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	200	1,34	268,00
43	Terminal elétrico, tipo compressão, com isolamento, para cabo de 16mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	50	1,54	77,00
44	Terminal elétrico, tipo compressão, sem isolamento, para cabo de 25mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	200	1,30	260,00
45	Terminal elétrico, tipo compressão, sem isolamento, para cabo de 35mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	200	2,25	450,00
46	Terminal elétrico, tipo compressão, sem isolamento, para cabo de 50mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	200	2,00	400,00
47	Terminal elétrico, tipo compressão, sem isolamento, para cabo de 70mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	200	3,40	680,00
48	Terminal elétrico, tipo tubular ilhos, pré-isolado, para cabo de 2,5 mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	300	0,10	30,00
49	Terminal elétrico, tipo tubular ilhos, pré-isolado, para cabo de 16 mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	300	0,35	105,00
50	Terminal luva de emenda à compressão, sem isolamento, para cabos de 25mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	100	2,00	200,00
51	Terminal luva de emenda à compressão, sem isolamento, para cabos de 35mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	100	3,00	300,00
52	Terminal luva de emenda à compressão, sem isolamento, para cabos de 150mm ² , constituído em cobre eletrolítico de alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão.	Un.	10	11,00	110,00
53	Tomada sistema X, 2p + t, de sobrepor, corrente nominal de 10A, na cor branca, tensão nominal de 250V, NBR 14136, com pinos cilíndricos Ø 4 mm ² . certificada conforme ABNT NBR NM 60884-1 e ABNT NBR 14136. Obs: A licitante deverá apresentar amostra se solicitado.	Un.	50	10,00	500,00
54	Tomada sistema X, de sobrepor, 2p + t, corrente nominal de 20A, na cor branca, tensão nominal de 250V, NBR 14136, com pinos cilíndricos Ø 4,8 mm ² . certificada conforme ABNT NBR NM 60884-1 e ABNT NBR 14136.	Un.	50	10,00	500,00
					11.355,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

LOTE 5					
Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
55	Barra de suporte com terminais, seção do cabo: 2(17 x 16 mm ²), marca General Eletric (GE), número de referência: 610532, para quadros GE Fix-o-Rail 150. Obs: A licitante deverá oferecer o material da marca solicitada e/ou amostra de material similar para análise conforme item 4 deste termo de referência.	Un.	30	52,00	1.560,00
56	Barramento isolado, tipo pino, com indicador de circuito, alimentação: 3P, distribuição: mini-disjuntores 1P ou 2P ou 3P, para cabos de 16 mm ² (57 x 1P ou 28 x 2P ou 19 x 3P), marca General eletrics (GE), número de referência 546143, para quadros GE Fix-o-Rail 150. Obs: A licitante deverá oferecer o material da marca solicitada e/ou amostra de material similar para análise conforme item 4 deste termo de referência.	Un.	20	188,00	3.760,00
57	Terminal de conexão de barras, axial, 25 mm ² , tipo Pino, isolado, marca General Eletric (GE), referência 546288, para quadros GE Fix-o-Rail 150. Obs: A licitante deverá oferecer o material da marca solicitada e/ou amostra de material similar para análise conforme item 4 deste termo de referência.	Un.	300	18,75	5.625,00
					10.945,00

4. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E/OU LAUDOS TÉCNICOS

4.1. A critério da equipe técnica do Pregão, o licitante detentor da melhor proposta poderá ser convocado para apresentar laudo(s) técnico(s) e/ou amostra(s)/protótipo(s) em relação ao item cuja marca não seja conhecida pela área técnica da SJPA, ou que em momento pretérito apresentou problema de funcionamento ou desempenho, para a verificação da compatibilidade do item com as especificações constantes no item 3 deste termo de referência e consequente aceitação da proposta.

4.2. O(s) laudo(s) técnico(s) e/ou amostra(s)/protótipo(s) deverão estar devidamente identificados com o nome do licitante e o número desta licitação e ser encaminhados ao local e ao servidor responsável indicado pelo(a) Pregoeiro(a) no chat do sistema eletrônico COMPRASNET no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a convocação do pregoeiro.

4.3. O(s) laudo(s) técnico(s) e/ou amostra(s)/protótipo(s) deverão ser entregues, e, se for o caso, montados/instalados, impreterivelmente no prazo indicado pelo(a) Pregoeiro(a) via chat, que será contado do recebimento da notificação, feita por intermédio do sistema eletrônico COMPRASNET, na sessão do Pregão/Fase de Aceitação.

4.4. A empresa que tiver a amostra recusada será desclassificada, sendo convocada a empresa subsequente para que apresente amostra, se for o caso, mantido o prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a convocação do pregoeiro.

4.5. O(s) laudo(s) técnico(s) e/ou amostra(s)/protótipo(s) deverão ser entregues, e, se for o caso, montados/instalados, impreterivelmente no prazo indicado para apresentação da amostra pelo(a) Pregoeiro(a) via chat, que será contado do recebimento da notificação, feita por intermédio do sistema eletrônico COMPRASNET, na sessão do Pregão/Fase de Aceitação.

4.6. Na hipótese de apresentação de amostras/protótipos, a sessão será suspensa e retomada somente após a análise acerca da aceitação do produto/material a que se refere, exarando-se a decisão no campo próprio do sistema eletrônico COMPRASNET e comunicando-a via chat.

4.7. As amostras deverão estar acompanhadas de ficha técnica do produto/material ofertado, a qual deverá contemplar as características, especificações e matéria prima utilizada na fabricação do item. De igual modo, amostra(s)/protótipo(s) deverão estar identificados preferencialmente com etiquetas autocolantes, nas quais constará o nome da licitante, o número da licitação e o número do item a que se referem.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

4.8. As amostras serão submetidas à aprovação mediante parecer técnico fundamentado, o qual avaliará sua adequação às especificações técnicas contidas no Edital, considerando, ainda, a qualidade e o uso a que se destinam.

4.9. Amostra(s)/protótipo(s) aceitos ficarão sob a guarda da SJP para comparação com os produtos entregues, ficando à disposição para retirada, mediante requerimento e após o término das obrigações adquiridas, por um período de 30 (trinta) dias, após o qual, a administração lhes dará o destino que melhor lhe convier.

4.10. As amostras não compatíveis ficarão à disposição para retirada na Seção de Material, após a homologação do pregão, por um período de 30 (trinta) dias, após o qual, serão descartadas.

4.11. A entrega da amostra fora do local ou prazo indicado pelo(a) Pregoeiro(a) ou a sua reprovação pela área técnica da SJP acarretará a desclassificação do licitante.

4.12. A não observância de quaisquer das disposições contidas nos itens 4.2, 4.3 e 4.5 ensejará a não aceitação da proposta.

4.13. Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de laudo(s) técnico(s) e/ou de amostra(s)/protótipo(s)".

4.14. Poderá ser solicitado o envio de informações técnicas, no prazo indicado pelo(a) Pregoeiro(a) no chat do sistema eletrônico COMPRASNET.

4.15. É dispensada a apresentação de amostra do material quando a proposta for referente à marca indicada neste termo como referência;

5. DOS PRAZOS, RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

5.1. O material deverá ser entregue em **30 (trinta) dias corridos** a contar da data do recebimento de cópia da Nota de Empenho, por intermédio de qualquer meio de comunicação registrável, comprovável e idôneo.

5.2. O recebimento provisório será efetuado em 03 (três) dias úteis a contar da data da entrega do material.

5.3. O recebimento definitivo será efetuado em 05 (cinco) dias úteis a contar do término do prazo do recebimento provisório.

5.4. A contratada, no prazo de 15 (quinze) dias corridos (a contar da data do recebimento de qualquer documento registrável, comprovável e idôneo, principalmente por e-mail ou fac-símile), deverá proceder à substituição do material recusado por inconsistência com as especificações contidas no item 03 e/ou que apresente defeitos de fabricação dentro do prazo de garantia.

5.5. O pagamento da nota fiscal será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data do recebimento definitivo (atesto) do material.

5.6. O material deverá ser entregue na Seção de Material (SEMAT), prédio sede da Seção Judiciária do Pará, localizado na rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal, Belém/PA, CEP: 66055-210., em dia útil de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre às 09:00 e às 17:00 h.

6. DA GARANTIA DOS MATERIAIS

6.1. Os materiais devem ter garantia de no mínimo de um ano a contar da data do atesto do recebimento. Durante esse período, havendo incidência de defeitos nos produtos recebidos, a Administração, conforme o caso, poderá: exigir a substituição do material ou, quando suficiente, das partes danificadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;

6.2. A recusa expressa ou tácita da empresa em reparar bens sob garantia, no prazo avençado, independentemente de notificação, autorizará esta Seção Judiciária a contratar terceiro para a correção do defeito e exigir da contratada faltosa o ressarcimento na forma da legislação vigente.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A atuação da fiscalização da Contratante não exime a Contratada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a totalidade dos serviços incluindo a fornecimento dos materiais.

7.2. É de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todo o material, bem como encargos, taxas e outras despesas

7.3. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

resultantes da execução ou de material empregados, sendo, ainda, responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros;

7.4. A Contratada responsabilizar-se-á pela qualidade e quantidade dos materiais empregados, fornecendo-o de acordo com as Especificações Técnicas e assumindo as despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora das dependências da Contratante.

7.5. A Contratada deverá responder por todo o ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, que se relacionem direta ou indiretamente com os serviços, inclusive no tocante a seus empregados e prepostos.

7.6. A empresa que apresentar o menor preço deverá, quando solicitada, **apresentar amostra do material** para análise das exigências do termo de referência.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor especialmente designado para tal finalidade.

8.2. O servidor designado pela Seção Judiciária do Pará, para acompanhar e fiscalizar esta contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, procedendo à juntada de documentos relevantes no processo administrativo pertinente a esta contratação.

9. ACEITE DOS SERVIÇOS/MATERIAIS

9.1. O aceite dar-se-á após o recebimento definitivo dos serviços executados ou materiais fornecidos, através do atesto, pelo servidor responsável, no verso da Nota Fiscal emitida pela Contratada.

Belém/PA, 03 de maio de 2018.

Paulo Alex da Costa Pena
SESEG/SJPA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

ANEXO II

MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2018

PROCESSO: 0002361-21.2018.4.01.8010

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 28/2018

A União, por intermédio da JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ, com registro no CNPJ/MF nº 05.421.948/0001-34 e sede na Rua Domingos Marreiros nº 598 - Bairro do Umarizal, cidade de Belém-PA, neste ato representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, no uso de suas atribuições, resolve REGISTRAR O PREÇO ofertado pelo fornecedor abaixo relacionado, nos termos da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002; Lei 8.078/90 (Código do Consumidor), e dos Decretos nº 7.892/13, 3.555/00, 5.450/05 e 3.722/01, Resolução n. 15, de 02.10.2000, alterada pela Resolução 600-07 de 15.08.2003, do Exmo Sr. Desembargador Federal Presidente do TRF 1ª Região e **Processo Administrativo nº 0002361-21.2018.4.01.8010**, conforme quadro abaixo:

Objeto:						
Fornecedor:						
CNPJ:						
Endereço:						
Representante Legal:						– CPF:
Telefone: (XX)			E-mail:			
Item	Especificação	Local de Entrega	Qtde	Un	Marca	Valor unitário registrado (R\$)

Este Registro de Preços tem vigência de **12 (doze) meses contados da data da sua assinatura**, não admitida prorrogação.

A proposta da empresa fornecedora, bem como o edital e anexos do Pregão acima citado, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

A assinatura da presente ata implicará plena aceitação, por parte do fornecedor, das condições estabelecidas no Edital de licitação e seus Anexos, não podendo alegar desconhecimento de quaisquer obrigações e penalidades.

As especificações completas dos itens registrados constam do Anexo I do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

Edital citado.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/13, e na Lei nº 8.666/93.

O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, nos termos das disposições contidas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13.

A apuração e aplicação de sanções dar-se-á na forma da Seção “DAS SANÇÕES” do edital.

Integram a presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o Edital, o Termo de Referência e a proposta da empresa.

Os preços serão fixos e irrevogáveis, nos termos da legislação em vigor.

Os preços registrados e a indicação do respectivo fornecedor, detentor da Ata, serão divulgados no portal da internet www.comprasnet.gov.br.

A ata de Registro de Preços, objeto do referido Pregão, e os eventuais termos dela decorrentes serão publicados no portal www.jfpa.jus.br.

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas na cidade de Belém, no Foro Federal, com renúncia expressa de qualquer outro.

Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, do Decreto nº 3.722/01, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o ordenador de despesa da Seção Judiciária do Pará e o fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belém, _____ de _____ de 2018.

XXXXXXXXXXXXXX

Diretor da Secretaria Administrativa
Contratante

XXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal
Contratada